

Ana Cristina Araújo / José Luís Cardoso / Nuno Gonçalo Monteiro / Walter Rossa / José Vicente Serrão
[Organizadores]

O TERRAMOTO DE 1755

Impactos Históricos



LIVROS HORIZONTE

PRAÇAS REAIS EM PORTUGAL: PROJECTOS E PROMOTORES

Miguel Figueira de Faria

A QUESTÃO DA DESAGREGAÇÃO DO MODELO

O denominador comum reconhecido consensualmente como garante do modelo da *place royale* é o da existência de um monumento real como ponto focal da composição. O desenho geométrico da praça, a subtração às correntes viárias e o programa da moldura construída em seu redor constituem os outros elementos indispensáveis, estabelecendo um conjunto integrado e necessariamente projectado em simultâneo¹.

Chega-se, deste modo, ao conceito de *place-écrin*, “templo fechado propício a contemplação da estátua real”², conjunto concebido de raiz e realizado exclusivamente como *cofre* onde se guarda o monumento, protótipo onde cabem as Praças das Vitórias e Vendôme, erguidas em Paris à glória de Luís XIV. A *place royale* “autêntica” ou “verdadeira”³ obedeceria a estes princípios básicos unificando, como referência programática, uma família mais vasta de projectos e realizações desenvolvidos cronologicamente a montante e a jusante.

Ao primitivo conceito unitário⁴, contrapõe-se um outro plural – não *place royale* mas *places royales*⁵ –, considerando a existência de tipologias diversas, cobertas pela mesma designação.

A desagregação do conceito deriva de múltiplos factores assinalados na análise efectuada sobre as diversas praças reais francesas.

Os tempos diferentes de concretização do modelo, as mudanças de funcionalidade consequentes das fontes de financiamento e o respectivo reflexo nos programas da envolvente arquitectónica, traduzidas na polarização de actividades administrativas e económicas, a inserção passiva ou activa no tecido urbano da cidade, e a sua participação, ou exclusão, nas redes de circulação, etc.⁶, foram elementos considerados na definição de subtipos que, porém, não desfizeram definitivamente o conjunto ou dispersaram os seus componentes do manto protector da designação primitiva.

Neste contexto flexível distinguem-se as praças que precederam e sucederam ao citado *modelo-écrin*. No primeiro caso a *place royale* do Marais parisiense é considerada como um exemplar “avant la lettre”, ou “por adição”, atendendo à inexistência de monumento real no projecto primitivo e posteriormente associado ao conjunto. No segundo caso assinala-se uma vasta gama tipológica, que vai desde praças já existentes e adaptadas a baixo custo, casos de Rouen e Valenciennes, até à variante da

place-carrefour, espaço onde se cruzavam eixos viários, elemento dinâmico no desenvolvimento urbano da cidade, modalidade “aberta” largamente adoptada no período de Luís XV.

Nesta dialéctica *unidade/diversidade* sobreveio o princípio da *adaptabilidade* do conceito que o faria sobreviver no essencial ao longo de um século antes de desaparecer, consequência lógica da cultura revolucionária.

A todos os aspectos referidos há ainda a acrescentar as alterações registadas nos programas monumentais, traduzindo a evolução do Absolutismo ao período das Luzes, acompanhando as mutações correspondentes aos períodos de Luís XIV e Luís XV. Acrescente-se que esses conjuntos escultóricos, elevados em espaços públicos, celebravam monarcas reinantes, ultrapassando a função *memória*, para fixarem uma linguagem de impacto imediato inserta no discurso de propaganda do regime monárquico⁷, aspecto relevante que se manteve intangível apesar da evolução registada.

Mas devemos concluir que o termo se manteve, no singular ou no plural, mesmo face à diversidade equacionada. Essa resistência do conceito da *praça real à francesa* reside no denominador comum a todas as variantes, devolvendo-nos ao mais simples dos enunciados: praça regular com um monumento real, ou recorrendo a uma das mais sintéticas definições estabelecida por um dos pioneiros teorizadores do conceito: “praça destinada a servir de enquadramento à estátua de um soberano”⁸. É neste sentido amplo que procuraremos seguir o impacto do modelo em Portugal e seus domínios.

A QUESTÃO DA PROPAGAÇÃO DO MODELO

A propagação do modelo francês, geralmente aceite como moda reinante na Europa contemporânea é, por outro lado, objecto de opiniões contrárias que defendem a sua difusão como um fenómeno limitado, periférico e tardio, apenas com resultados objectivos em potências europeias consideradas de segunda linha.

Esta realidade é descrita em conjugação com um movimento de oposição, materializado na *contra-programação* adoptada pelas principais potências europeias rivais da França, incluindo as zonas de influência dos Habsburgos, verificando-se neste caso preferência à propagação da fórmula da *Pietas Austriaca* como forma de memória monumental, através da edificação de colunas votivas⁹, igrejas e conventos comemorativos, solução difusa de celebração do poder monárquico em espaço público, que se manteve indiferente à da consagração directa através da erecção de efígies pessoais caracterizadora do programa das praças à francesa. Esta reacção, oscilando entre a “rejeição categórica” e a “adopção parcial”¹⁰ do modelo francês, seria extensível a outros grandes centros do despotismo iluminado como Berlim, Sankt Petersburg, Londres e Madrid.

Conviria neste ponto acrescentar uma breve reflexão. A adopção do modelo da *place royale* é que introduz a ruptura, havendo que equacionar prudentemente, na referida *contra-programação*, se estamos perante uma reacção ao modelo proposto ou apenas a uma continuidade ou evolução da tradição.

Pierre Patte, autor da obra oficial sobre as praças e monumentos reais franceses do período de Luís XV, assinala a ausência de representações régias em espaço público antes do reinado de Luís XIII. A excepção a esse vazio monumental eram as estátuas dos portais ou os jacentes dos túmulos reais. Da mesma forma a tradição de fundar novas igrejas e mosteiros, em comemoração das vitórias ou cumprimento de promes-

sas, mantinham-se como as memórias mais adequadas, entendidas simultaneamente como “monumentos ao seu valor e à sua piedade”¹¹.

A análise da *situação portuguesa* indica-nos um percurso similar concordante com a tradição. Embora inevitavelmente a par das soluções urbanísticas francesas, a criação de uma *place royale* não parece ter constituído uma prioridade ao longo do reinado de D. João V. Os projectos de Juvara¹² não foram executados e as grandes obras joaninas oscilam entre a tradição das igrejas e conventos memória, e as obras públicas de que constitui exemplo maior e suficiente o Aqueduto das Águas Livres. Se isolarmos apenas o culto pela efígie do monarca, concebida para exibição em espaço público, os resultados também se revelam em conformidade. Para além dos projectos de fontes monumentais não realizados de Bellini¹³ e Mardel¹⁴, os únicos monumentos erguidos em espaço público, de que efectivamente temos testemunho material, são os da estátua de S. João Nepomuceno, disposta junto da antiga ponte de Alcântara¹⁵, e o obelisco do conjunto das Necessidades.

Relativamente ao primeiro, aponta-se como razão principal da sua criação a especial devoção que a sua provável promotora, a rainha D. Mariana de Áustria, dedicava ao santo. Quanto à questão da sua localização tem sido entendida apenas a partir das fontes hagiográficas¹⁶, sendo igualmente de ponderar as experiências antecedentes de colocação de monumentos junto a pontes, numa tradição alternativa à do modelo da *praça real*¹⁷. Aberta esta linha de análise, retomamos a ideia da inclinação preferencial dos Habsburgos pelos monumentos piedosos, permitindo uma interpretação menos accidental à edificação de uma escultura sacra no espaço público de Lisboa, por iniciativa de uma rainha de nacionalidade austríaca, em plena época de afirmação da segunda vaga do modelo francês.

Por último saliente-se o monumento erguido defronte das Necessidades que confirma a tendência dita *reactiva* à *place royale*, conjunto construído em torno do muito romanizado obelisco¹⁸ em novo *ex-voto* dedicado à Virgem pela cura de D. João V.

A REAL PRAÇA DO COMÉRCIO

A Praça do Comércio de Lisboa, peça determinante no processo de reconstrução da cidade pós-terramoto, reúne consenso generalizado como variante assumida do modelo da *praça real* à francesa. A própria ideia da internacionalização do conceito apresenta como argumento de primeira linha a existência deste protótipo português. Os outros exemplos habitualmente apontados são a Praça Amalienborg de Copenhaga e a Praça Real de Bruxelas¹⁹, o Foro Carolino de Nápoles e a Königsplatz do principado de Hesse-Kassel²⁰. Mas apenas a primeira estabelece um paralelo consistente com o modelo de Lisboa de uma *praça real* aberta na sede de uma monarquia, constituindo as restantes marcas de um poder distante (Nápoles) ou delegado (Bruxelas) ou, ainda, de um príncipe procurando o reforço do seu estatuto.

A análise da praça de Lisboa, realizada por José-Augusto França na sua obra fundadora, levou, entretanto, à abertura de novos ângulos de debate no próprio ambiente da historiografia francesa. Real ou comercial?²¹ Relacionava-se, então, a toponímia concedida ao novo espaço – Praça do Comércio – como expressão da “gratidão do reino para com a classe que estava a contribuir de maneira decisiva para a reconstrução da capital”, numa manifestação simbólica que representava, por outro lado, “uma revolução na hierarquia estabelecida”²². O financiamento das obras, através do “donativo volun-

tário” de 4%, teria como contrapartida não só a referida consagração da classe mercantil no topónimo do novo espaço mas, igualmente, na vocação consignada aos novos edifícios a construir²³.

O novo topónimo – Praça do Comércio – depressa evoluiu para outro provavelmente mais consentâneo – Real Praça do Comércio – com o equilíbrio de forças em presença, partilha difícil estabelecendo um compromisso entre a Coroa, o Senado da Cidade e a classe mercantil, numa disputa que confirmava a atracção pela praça, sublinhando o lugar cimeiro que mantinha na hierarquia urbana da cidade.

Reconheça-se, por outro lado, que no contexto instável que caracterizou a passagem do reinado de D. José I ao de D. Maria I, é difícil reconhecer uma orientação linear relativamente à programação monumental, ocupação e funções a fixar na nova praça²⁴.

Se o plano primitivo de Manuel da Maia defendia desde logo a exclusão do Paço Real do novo espaço e a referida instalação da bolsa e da alfândega, projecto cumprido ainda no período pombalino, a ocupação e utilização posteriores revelam contradições evidentes. A Real Praça voltaria a ser a *praça das aclamações*, recuperando os rituais do antigo Terreiro do Paço, num conjunto inacabado, desde logo, pela indefinição relativa ao fecho do arco da Rua Augusta e respectivo programa simbólico.

Observe-se, em síntese, que as opções de utilização da praça ao longo destas quatro primeiras décadas não obedeceram a um plano único, flexibilizando o primitivo *pensamento* pombalino sobre as prioridades da sua ocupação, aspecto agravado pela morosidade da conclusão dos edifícios, desfazendo a hipotética coerência do seu modelo funcional.

À luz da desagregação do conceito de *place royale* anteriormente exposta será necessário reequacionar o lugar da Real Praça do Comércio na série europeia desta família de criações urbanas? Devemos linearmente considerá-la uma solução arcaica...?²⁵

Se ao nível do desenho e do programa da moldura construída se deve procurar as necessárias coordenadas de inspiração local²⁶, das arcadas aos torreões passando pela própria adaptação da geometria da esplanada, ao nível monumental podemos pacificamente indexá-la ao padrão inicial Luís XIV. Por outro lado, a sua fórmula aberta, permitindo o acesso às vias de comunicação – sem que, porém, se deixasse dividir por eixos viários – e a inclusão da bolsa e da alfândega no seu perímetro, presença que se impôs na própria toponímia, aproxima-a mais da variante funcional de Luís XV. A síntese resultante constitui o espelho fiel da cultura dos seus principais promotores, da tradição nacional à inspiração francesa, mais actualizada por certo no plano urbanístico do que no monumental. A praça real de Lisboa, remate inacabado da reconstrução da cidade, inserido num espaço vasto de intervenção no contexto do qual tem que ser entendida, não consumou na plenitude a sua função cenográfica como marca maior da propaganda monárquica em espaço público, sendo na expressão das suas visíveis contradições muito mais um “rosto” do que uma “máscara”²⁷, traduzindo nas várias fases da sua arrastada construção os avanços e recuos das situações pombalina e mariana. Real e comercial em simultâneo, a escassa iconografia *in situ* reforça, nas representações que nos oferece, essa ideia de espaço *multiusos*, de praça de trabalho e de passeio sem, porém, pôr em causa o seu lugar supremo na hierarquia dos espaços urbanos da cidade, e de voltar a ser a *praça das aclamações* com D. Maria I na tradição setecentista dos Braganças.

A análise do programa monumental previsto para a praça permitem-nos entender melhor as suas contradições. Por um lado a estátua equestre espelho do arcaísmo, em matéria de escultura pública, do seu inventor Eugénio dos Santos, com evidentes liga-

ções à linguagem do Rei-Sol, na sua presença marcial, onde as Famas espalhavam a glória do monarca que, do alto do conjunto, triunfava sobre os quatro continentes representados submetidos e acorrentados. Mensagem que o primitivo programa do arco triunfal do mesmo autor repetia, num discurso discretamente complementado pela inclusão das imagens de Hércules e Mercúrio, que o ajustavam à toponímia eleita da Real Praça do Comércio. As modificações introduzidas na ornamentação do arco no provável projecto de Carlos Mardel²⁸, aprovariam a presença de um teorema de seis grandes esculturas representando as Virtudes que Machado de Castro afirma ter iniciado. Esta alteração, a par do baixo-relevo alegórico do monumento central, estabelecem a ponte para o mais equilibrado ideário iluminista aplicado pelos seguidores do *bien aimé*, nas praças reais francesas setecentistas. As propostas posteriores de monumentos régios subscritas por Machado de Castro vêm comprovar o seu alinhamento pelo ideário característico da segunda vaga monumental genericamente correspondente ao período de Luís XV²⁹.

A PRAÇA REAL DA ESTRELA E "O GRANDE MONUMENTO DAS 5 ESTÁTUAS"

A ideia de uma segunda praça real seria equacionada em glória da sucessora de D. José, tendo sido, para o efeito, encomendado em Roma³⁰ um monumento a D. Maria I, projecto patrocinado por Pina Manique.

Para além das questões em aberto que rodeiam este conjunto escultórico não restam dúvidas que se destinava a ser exposto em local público. O Intendente nunca esclarece, porém, o espaço preciso a que se destinava a "grande obra do monumento das cinco estátuas". Deixa, no entanto, transparecer que tinha um plano para a sua colocação, fixando inclusive datas para a respectiva conclusão (Junho de 1796)³¹ e chegada a Lisboa (Outubro de 1796)³².

Na sua correspondência para Roma localizamos duas referências ao destino do conjunto encomendado. A primeira³³, solicitando que João Caetano Rivara, bolseiro da Casa Pia, executasse uma gravura reproduzindo o monumento. Manique determinava que a escultura régia fosse reproduzida já contextualizada no espaço a que se destinava. Com essa finalidade promete enviar "a Planta e Alçada [sic] da Praça, em que ella [estátua] se deve colocar". Não chega, porém, a identificar o local da citada "praça"³⁴. A segunda referência enquadra-se já no período final do acidentado itinerário do monumento, assinalando a sua chegada a Lisboa em Setembro de 1802. Em carta dirigida a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Manique interroga o então presidente do Real Erário, sobre o local onde deveria ser desembarcado o monumento, questão directamente relacionada com o destino final do conjunto. Neste contexto o Intendente concluía: "no caso que S. A. R. seja servido mandal-o collocar em Bellem ou no Real Sitio de Queluz, he mais próprio que desembarque tudo no caes de Belem para dali se dirigir para onde o Mesmo Augusto Senhor for servido"³⁵.

No officio seguinte, o Intendente confirmava a descarga do "grande monumento" no cais de Belém, "para a Quinta do sobredito Augusto Senhor, naquelle sitio"³⁶, o que pressupõe ter recebido uma orientação nesse sentido.

A tese tradicional que, aliás, fez escola sem se ter publicado que tenhamos conhecimento qualquer documento comprovativo³⁷, aponta como plano inicial de Pina Manique a disposição do monumento numa nova praça a abrir defronte da Basílica da Estrela, então recém-construída, e como é sabido obra emblemática do período mariano.

Um documento cartográfico contemporâneo confirma a existência de planos para concretização desta ideia, a acreditar no desenho traçado e respectiva legenda: “Planta q. mostra o ultimo projecto da Nova e Real Praça q’ deve avêr na frente da Real Igr^a. do SSmo. Coração de Jesus, de q.al se extrairão copias p.r ordem de S. Mag.e no anno de 1791.”³⁸ No mesmo fundo conserva-se um outro documento que pensamos ser igualmente uma legenda cartográfica³⁹, onde deparamos com a referência das medidas da referida praça: “Nova Praça na frente da Real Igreja que tem de largo 450 p[al]mos, e de fundo 515.” Note-se, relativamente à dimensão do espaço planeado, que a Praça do Comércio era descrita, em documento do mesmo período, como medindo 830 (Norte/Sul) por 870 (Este/Oeste) palmos⁴⁰.

A citada legenda refere-se, noutro ponto, explicitamente ao projecto do alinhamento que “circulla a nova Praça”⁴¹, sublinhando que “deve ser povoado com Cazas bem reguladaz”, preocupação evidente de programação da moldura construída em redor do novo espaço. A cumprir-se o planeado encontrar-se-iam reunidos os elementos necessários à consagração de uma nova praça real se considerarmos a tradição do monumento encomendado em Roma ter sido planeado para o local em análise.

Na planta manuscrita que serve de apoio ao nosso trabalho constatamos que a nova praça, de desenho rectangular, seria aberta à circulação. A Norte, no lado oposto à fachada da igreja, através de duas ruas que irradiavam a partir dos respectivos ângulos da praça, resultantes do realinhamento da já existente travessa dos Ladrões e pela abertura de uma nova artéria em direcção à actual Rua de S. Bernardo. A Sul abriam-se outras duas vias, a de Santo António para ocidente e a Calçada da Estrela a oriente.

Um terceiro documento oferece-nos uma informação complementar ao enunciar o “Prospecto de hum e outro Lado da Praça que se quer Construir na frente da Igreja do SS.mo Coração de Jesus”, prevendo duas estruturas construídas em paralelo, cada qual com cinco pilastras ligadas por quatro vãos, duas aletas, e uma “embocadura que finje rua”.

A sintética memória descritiva apresenta, ainda, os cálculos para a “Frente da dita Praça”, com 401 palmos de largura, utilizando a mesma linguagem construtiva. Finaliza com um pequeno esboço demonstrativo do modelo de distribuição dos vãos “de pilastra a pilastra”.

O plano, embora muito embrionário, demonstra que o projecto da Real Praça chegou efectivamente a ser ponderado⁴². Note-se que a cronologia se sobrepõe à do início dos acontecimentos revolucionários em França que precipitaram irreversivelmente a queda do modelo na sua própria sede de irradiação. Insistir na criação deste tipo de consagração monárquica, a partir de então, pode ser mais facilmente entendido como forma de contra-programação⁴³, não já entre linguagens de potências rivais mas no espírito de *contra-reforma*, resposta do Antigo Regime à iconoclastia dos monumentos reais que atingia radicalmente a França.

Pina Manique surge ao longo do processo como o patrocinador da obra, definindo o respectivo programa iconográfico, estabelecendo prazos, negociando preços, responsabilizando-se pelos pagamentos dos artistas e materiais, assumindo sem rodeios o seu objectivo principal, homenagear a rainha já então, recorde-se, atingida pela doença.

Na correspondência relativa ao assunto, o Intendente expressa-se na primeira pessoa, determinado a cumprir o seu plano sem que se detecte qualquer alusão, mesmo que indirecta, a que a iniciativa tenha partido de outra instância. Já depois de terminada a empreitada, o teor das suas palavras exprimem objectivamente a paternidade e

intenção do projecto. Em carta dirigida ao cónego Gregório Pedro Pereira⁴⁴ sublinha “não remeterá V. S.^a as Estatuas sem que receba avizo meo, por não querer expollas, a q’ sejão tomadas, e que se tornem futeis todos os trabalhos, e que eu não veja completo o gosto que tenho de mostrar na posteridade a minha gratidão para com hum Soberana, que tanto me tem honrado”⁴⁵.

Tal como Pombal na estátua equestre, Pina Manique, fazendo-se retratar em alto relevo no pedestal do monumento, não prescindiria de deixar o seu cunho pessoal no monumento, marcas de posse que constituem uma originalidade nacional face ao modelo francês.

Na correspondência supracitada dirigida a D. Rodrigo de Sousa Coutinho depreende-se que, pelo menos na fase final, Manique não controlava totalmente o processo, nomeadamente no que se refere ao momento e ao local da colocação da obra, aspectos determinantes da iniciativa e que não tendo sido garantidos contribuiriam para o malogro do projecto⁴⁶.

Esta inflação de monumentos reais, destinados a ser expostos em espaço público, amplia-se pela apresentação de novo projecto desta vez dedicado ao Príncipe Regente, fazendo entrar neste manifesto o referido D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A vontade do promotor encontra-se claramente expressa, equacionando uma estátua pedestre dedicada “à perpétua Memoria das mais Brilhantes, Reaes, e Augustas Virtudes do Principe Nosso Senhor o Augustissimo, e Magnanimo Senhor D. João” desejo confesso de consagração, do “fiel amor, e gratidão de hum Ministro d’Estado, de hum Vassalo leal e agradecido”⁴⁷.

A escultura principal seria enquadrada, ao gosto francês, por quatro esculturas alegóricas sentadas, dispostas nos ângulos do pedestal rectangular representando respectivamente as “Sciencias, Artes, Commercio e Agricultura”, à maneira do monumento erguido a Luís XV em Nancy.

Machado de Castro, autor da respectiva memória descritiva⁴⁸, enviaria a D. Rodrigo o texto latino da inscrição destinada ao monumento, datado de 1799, ano em que foi oficializada a regência do futuro João VI. O facto poderá ter constituído o motivo da iniciativa. Na inscrição fixava-se a assinatura do promotor – “D. Rodericvs. Sovsivs Covtinivs (...) Pro. Maritimis. Transmarinisqve. Rebus Administer” –, tal como acontecera com Pombal na estátua equestre de D. José I, e Pina Manique na de D. Maria I.

O remate do texto da inscrição, recorrendo a uma citação de Plínio, o Jovem, oferece-nos um momento raro do significado implícito nestas homenagens monumentais: *Non solum gloriosum est Statuam in Foro habere, quam etiam ponere*⁴⁹.

A expressão clarifica, de forma ingénua no seu modo quase confessional, o verdadeiro alcance destas iniciativas como formas reflexas de afirmação de poder no complexo xadrez político do final do Antigo Regime em Portugal.

Foram estes os três projectos monumentais setecentistas concebidos para exposição em espaço público, sendo que o terceiro não revela, em nenhum momento, o tipo de envolvente urbana a que se destinava. A referência a esta distinção não constitui alusão anacrónica visto ser o próprio Machado de Castro a estabelecer essa fronteira, ao averbar como exemplar único “pelo público” a estátua equestre de D. José, enumerando em seguida outras que se destinaram, sobretudo, a livrarias, outro destino aparentemente em voga para a disposição destas representações régias⁵⁰.

Os três projectos tiveram, contudo, destinos muito diversos tendo apenas sido inaugurado com pompa e circunstância na presença do seu patrono o subscrito por Pombal.

A Real Praça da Estrela foi adiada e décadas passadas o projecto foi substituído pela criação de um passeio público ajardinado onde ainda se previu a reinstalação do conjunto. O “grande monumento das cinco estátuas” permaneceria encaixotado acompanhando o irreversível declínio político do seu inspirador, nova demonstração inequívoca do cordão umbilical que ligava os projectos monumentais aos seus directos promotores.

O terceiro não passaria nesta fase do papel. Os mesmos protagonistas voltariam, porém, a equacionar novo monumento ao Príncipe Regente no mesmo contexto de uma praça real, com a originalidade de ser erguida em ambiente tropical, no quadro da passagem da corte portuguesa ao Rio de Janeiro.

A PRAÇA REAL DO RIO DE JANEIRO

O processo inicia-se em Junho de 1810, data em que o conde de Linhares dá instruções à embaixada portuguesa em Londres para abrir um concurso junto da Royal Academy of Arts para o efeito. Paralelamente Machado de Castro é também consultado para apresentar uma proposta com a mesma finalidade⁵¹. O escultor régio revela que tomara a iniciativa na sequência de um *aviso*, que recebera de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Na memória descritiva que acompanha a proposta apresentada, Machado não especifica nenhuma das coordenadas estabelecidas para o monumento, nem sequer o local específico a que se destinava, informações muito provavelmente omissas na solicitação do ministro.

Nas instruções iniciais enviadas à legação portuguesa da capital britânica solicitava-se apenas, como base do concurso a lançar, desenhos para a erecção de “hum Grande Monumento com hua Estatua em Bronze de S. A. R. ou Equestre, ou Pedestre, que a Cidade do Rio de Janeiro haja de querer levantar ao Seu Augusto Soberano Restaurador do Brazil, e da Monarquia Portuguesa”⁵².

A academia britânica corresponderia à solicitação, notando, porém, a falta de elementos informativos bastantes para o estabelecimento do concurso, limitando-se a enviar uma lista de artistas com as respectivas moradas e um conjunto de tópicos que permitissem estabelecer um caderno de encargos preliminar para a obra.

Linhares seria deste modo sensibilizado a definir melhor o modelo pretendido, enviando informações mais detalhadas que permitissem, entre outros aspectos, o conhecimento da “natureza do assunto”, o local e circunstâncias em que deveria ser instalado o monumento, o orçamento previsto para a obra, etc. Pese embora a insistência, a resposta do governante português seria bastante limitada aludindo apenas, e de modo ambíguo, à localização do monumento que “ou há de ser erigido no meio de hum Praça, que he fechada de hum lado pelo Mar, ou em noutra Praça maior mas no interior da Cidade”.

Esta escassa informação indica que o espaço a que se destinava o monumento ainda estava em estudo, numa cidade colonial que procurava adaptar o seu planeamento urbano ao processo em curso que a transformara em sede da Monarquia. Observando a cartografia da cidade, à época, pensamos ser fácil identificar o Largo do Paço como a primeira hipótese formulada. A ser este o local eleito, onde a corte tinha fixado a sua residência oficial, seguir-se-ia a variante da praça real “por adição” do monumento, aproveitando a regularização da moldura construída, que uma das pinturas ovais atribuída a Joaquim Leandro⁵³ já anuncia, pese embora as dificuldades derivadas da presença da antiga Sé e do Convento do Carmo naquele espaço. Esta solução definiria um

espaço rectangular fechado em três lados, ficando a face não construída aberta ao mar, à semelhança da Real Praça do Comércio de Lisboa. A alternativa “no interior da cidade” poderia ser elegível entre o Rossio e o Campo de Santana⁵⁴.

A troca de correspondência acabaria por resultar num regulamento a distribuir pelos artistas, onde se referia que o monumento seria erguido numa “praça aberta”, sendo o respectivo desenho “deixado inteiramente ao gosto e julgamento do artista”.

O processo do concurso arrastou-se até 1815, tendo finalmente a Royal Academy concedido o primeiro prémio *ex-equo* a dois concorrentes, os escultores Charles Rossi e Vincent Gahagan. O segundo prémio seria atribuído ao último dos artistas que se apresentaram a concurso, J. E. Carew. Os premiados realizariam desenhos dos seus projectos que seriam enviados para apreciação para a corte no Rio de Janeiro. Pelo menos um desses desenhos – o de Carew – sobreviveu, conservando-se na Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro. A correspondência entre a corte e a delegação diplomática em Londres sobre o assunto suspende-se em Setembro de 1815. Nenhum dos projectos seria executado. Este desfecho deve ser entendido como o epitáfio de um processo que já havia sido considerado falido pela falta de candidatos e a debilidade dos projectos apresentados a que se deve acrescentar igualmente o desaparecimento do promotor da ideia, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no início de 1812.

Prova do desinteresse que se terá instalado na corte é a aprovação de outro projecto apresentado pelo arquitecto José da Costa e Silva, que afirma na sua correspondência que a sua solução, fora “entre todos” os desenhos apresentados o “aprovado por S.A.R.”.

O monumento mudara estruturalmente de linguagem, embora mantivesse a mesma situação privilegiada. No início da respectiva descrição pode confirmar-se: “Levanta-se esta grande mole no meio da Praça [...]”.

Costa e Silva adoptaria um programa actualizado, na sua expressão romana, dominado por um obelisco, com quatro esculturas alegóricas, representando rios – um de cada continente – Tejo, Zaire, Ganges e Amazonas, numa fórmula mais elaborada do convencional tema dos quatro continentes. A componente escultórica do monumento prolongava-se pela inclusão de quatro imagens – Prudência, Justiça, Paz e Clemência – que a memória descritiva comenta “virtudes que entre as muitas de que S.A.R. se adorna, são as que mais resplandecem”⁵⁵.

A consciência do fim de ciclo e o entendimento da contradição que seria impor uma praça destinada à consagração do regime monárquico, no espaço urbano da cidade nas vésperas da previsível independência do Brasil, podem constituir factores justificativos para o evidente lapso de vontade política para levar qualquer dos projectos até ao seu termo. Não nos restam, porém, dúvidas que foi equacionada uma praça real no Rio de Janeiro já em pleno século XIX, depois de o modelo europeu inspirador ter entrado em colapso na Europa. Sublinhe-se a originalidade desta tardia transposição do conceito para o Novo Mundo de que só detectamos paralelo na sumária tentativa promovida anteriormente pela monarquia francesa na cidade do Quebec⁵⁶.

Apesar dos múltiplos projectos descritos, o fundamental da propagação do modelo cingir-se-ia na prática à Real Praça do Comércio de Lisboa. A razão desta expressão minimalista deve escrutinar-se na complexidade da execução deste género de espaço-monumento, na generalidade resultante duma convergência de factores, raramente alinháveis em tempo útil. A permanência de uma conjuntura política estável, associada à emergência de promotores habilitados a construírem a sua homenagem monumental em espaço público, a respectiva articulação com os interesses imobiliários que

permitam a abertura de uma praça, incluindo a edificação de uma moldura arquitectónica regular programada, a disponibilidade financeira para a execução do monumento, etc., constituem elos de uma cadeia de factores indispensáveis à concretização da globalidade do projecto. O pessimismo manifestado na descrição do anónimo jesuíta que presenciou a inauguração da estátua equestre de D. José I, oferece-nos um testemunho elucidativo sobre a percepção das dificuldades, com a mais-valia de ser reflexo da própria época:

“vio-se enfim (apesar de tanto custo) aquella Praça não só completa na figura, que se espera venha a ter; mas como nunca chegará a acabar-se; porque os Governos seguem os projectos, e com elles de ordinário acabão, como a experiencia nos mostra...”⁵⁷

O modelo não se constituiria em padrão dum discurso do poder monárquico à escala do país, como o havia sido em França. A Real Praça do Comércio constitui um exemplo singular, não encontrando tempo nem espaço de propagação efectiva. As diluídas excepções registadas, de que constitui exemplo mais significativo a Praça Real de Vila Real de Santo António, onde a estátua equestre é substituída por um obelisco comemorativo, apenas confirma a regra de incapacidade em consagrar esse modelo como expressão da propaganda do regime na arte urbana, afinal o seu objectivo nuclear. Esta realidade não significou, porém, que o princípio tenha sido objecto de rejeição como pudemos comprovar. Pelo contrário, o princípio permaneceu latente ao longo de todo o período final do Antigo Regime, constituindo a sua inexequibilidade um interessante tema de estudo.

NOTAS

¹ A inovação fundamental residia na associação de dois conceitos já aplicados em separado nas cidades italianas: a praça programada e o monumento.

² Jean-François Lemée, no seu *Traité des Statues*, Paris, Arnould Seneuze, 1688, é consensualmente apontado como o primeiro teórico do conceito da *place royale*. Veja-se, a propósito, Hendrik Ziegler, «L'invention des places royales», in *La Place Vendôme*, Paris, 2002, p. 33, ou Alexandre Gady, «Les places royales en France au XVIII^e siècle», in *L'Esprit des villes, Nancy et l'Europe urbaine au siècle des Lumières (1720-1770)*, Artlys, 2005, p. 63.

³ Esta adjectivação chã representa, na sua expressão directa, as dificuldades manifestadas na fixação de um protótipo de referência, procurando isolá-lo de outras experiências onde não se poderia aplicar *stricto sensu* o termo *place royale*. Cf. Hendrik Ziegler, *op. cit.*, pp. 33-34, ou Alexandre Gady, *op. cit.*, p. 64.

⁴ Cf. Pierre Lavedan, *Histoire de L'Urbanisme*, Paris, Henri Laurens Editeur, 1959, p. 277. O autor reconhece a flexibilidade demonstrada ao longo de dois séculos pelo modelo, nomeadamente na forma de implantação da estátua e respectiva articulação com as arquitecturas de enquadramento, numa profusão de variantes justificadas por “variações de gosto” (*op. cit.* p. 278), contradições que sustentaram a revisão do conceito e a defesa da existência de vários modelos de *place royale*. A dúvida sobre a validade do conceito unitário data, pelo menos, do início dos anos 80. Daniel Rabreau formula mesmo a questão: “et selon qu'on se tourne vers Paris ou vers les grandes villes de province, vers le XVII^e ou le XVIII^e siècle, ne voit-on qu'un modèle français?”, Cf. Daniel Rabreau, “Royale ou Commerciale, la place à l'époque des Lumières”, in *Monuments Historiques*, n.º 120, Mar.-Abr. 1982, p. 32.

⁵ Cf. Alexandre Gady, *op. cit.*, pp. 65-66. Gady inicia o seu texto por uma crítica aberta ao conceito lançado por Lavedan em 1959, apontando-lhe a inclinação nacionalista: “avec une trompeuse évidence, Lavedan donnait ainsi corps à un ensemble d'espaces urbains très divers [...]”.

⁶ Não procura o presente trabalho fazer uma análise exaustiva da progressão do modelo, nomeadamente na definição geométrica do traçado da praça, concepção e hierarquia relativa da moldura construída, ou nas modalidades de integração do conjunto em planos mais vastos de reformulação urbana, mas mais objectivamente estabelecer o estado da questão de modo a permitir uma melhor compreensão da aplicação e difusão local do conceito.

⁷ Veja-se, a propósito, Michel Martin, *Les Monuments Équestres de Louis XIV – Une grande entreprise de propagande monarchique*, Paris, Picard, 1986.

⁸ Cf. Pierre Lavedan, *op. cit.*, p. 277.

⁹ Cf. Hendrik Ziegler, “Le modèle de la place royale française à l'épreuve de l'Europe”, in *L'Esprit des villes, Nancy et l'Europe urbaine au siècle des Lumières (1720-1770)*, Artlys, 2005, p. 82. O autor aponta como exemplo a Dreifaltigkeitssäule (coluna da Trindade ou da Peste), em que a figura do imperador Leopoldo I surge ajoelhado no segundo nível do pedestal do monumento em atitude de piedosa humildade perante a Trindade que remata a vertical da composição.

¹⁰ Uma das variantes da "adoção parcial" foi a de colocar monumentos reais em pontes, na esteira da estátua de Henrique IV erguida na Pontneuf em Paris, de que se registam os exemplos de Berlim (1696-1700) e Dresden (1727-1731). O contributo de Ziegler pode sintetizar-se na ideia de que a propagação do moda francesa se restringiu à multiplicação da exposição em espaço público de monumentos reais, mas fora do conceito estrito da *place royale*.

¹¹ Pierre Patte, *Monuments érigés en France à la gloire de Louis XV*, 2.^a ed., Paris, Rozet, 1767, p. 92. "Sous la première, la seconde & la troisième race, jusqu'au règne de Louis XIII, il ne fut exécuté de statues de nos Rois, que pour les placer, soit sur leurs tombeaux, soit aux portails des églises ou maisons Royales qu'ils avoient fait bâtir ou réparer. Il paroît que les Rois de France, pour célébrer leurs victoires, avoient coutume de faire des fondations religieuses, ou des offrandes qui étoient à la fois des monumens de leur valeur & de leur pitié."

¹² Sobre a Lisboa joanina e os ideais urbanísticos do rei e as razões da não concretização dos planos de Juvara, veja-se por exemplo, W. Rossa, "A imagem ribeirinha de Lisboa", *A Urbe e o Traço*, Coimbra, Almedina, 2002, pp. 93-116, e António Filipe Pimentel, "O laboratório da reconstrução: reflexões em torno do pensamento e da prática do urbanismo português", in *Propaganda e Poder, Actas do Congresso Peninsular de História da Arte*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 362-363.

¹³ Veja-se a descrição deste projecto em João Antonio Belline, *Descrição da Engenhosa Maquina em que para memoria dos seculos se colloca o Marmorea Estatua do sempre magnifico Rei, e Senhor nosso D. João V. inventada e Desenhada por João Antonio Belline de Padua Escultor e Architecto*, Lisboa Occidental, Na Officina de Pedro Ferreira, 1738. A complexa composição, dominada por uma estátua equestre no estilo marcial ao gosto das representações Luís XIV, não faltam as estátuas alegóricas, onde se incluem os quatro continentes, Zéfiro e Fauno, Minerva, fábula ainda enriquecida com a presença de um unicórnio e um "dragão", uma Ninfa, um Tritão, etc., tudo culminado com anjos, um elefante e um obelisco, num equilíbrio utópico que mais reforça a sua inverosímil execução, tanto do ponto de vista da ideia, como da possibilidade de execução da máquina descrita. A propósito da polémica existente em torno da existência de uma estátua equestre de D. João V, junto ao arsenal, veja-se Margarida Calado, *Arte e Sociedade na Época de João V*, vol. 1, Lisboa, tese de Doutoramento apresentada na Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 411-413, que defende uma perspectiva que subscrevemos no essencial.

¹⁴ São conhecidos os projectos das fontes monumentais de Carlos Mardel, de que salientamos os dois rematados por estátuas de D. João V. Veja-se, por exemplo, AA. VV., *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990.

¹⁵ A ponte seria demolida no terceiro quartel do século XIX (1886 ou 1887), sendo nessa altura apeada a escultura e mandada depositar no Museu do Carmo onde ainda hoje se conserva. Cf. A. Vieira da Silva, "A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças", separata da revista *Olisipo*, Lisboa, 1942, p. 14.

¹⁶ João Nepomuceno seria martirizado, segundo a tradição, por conservar em segredo a confissão da rainha Joana, sendo lançado numa ponte sobre o rio Vltava, em Praga, por ordens do rei Venceslau. Desta memória resultou a sua associação às pontes.

¹⁷ Veja-se supra nota 10 do presente trabalho.

¹⁸ Para a descrição da praça e do obelisco, veja-se Leonor Ferrão, *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*, Lisboa, Quetzal, 1994, pp. 132-134.

¹⁹ Pierre Lavedan, *op. cit.*, pp. 323-328.

²⁰ Ziegler (2005), pp. 90-92.

²¹ Cf. Daniel Rabreau, *op. cit.*, p. 32.

²² José-Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 2.^a ed., Lisboa, Bertrand Editora, 1977, p. 118.

²³ O donativo dos quatro por cento seria lançado sobre os direitos de todas as mercadorias, e manufacturas que entrassem no reino, conforme consta na representação efectuada pelos homens de negócios da Praça de Lisboa ao Rei, contributo que seria aceite pelo monarca, pelo decreto de 2 de janeiro de 1756. Os negociantes solicitavam como contrapartida que fosse dada prioridade à reconstrução das alfândegas e, por outro lado, "que o Commercio tenha uma Praça digna da Capital estes Reynos, e com a comodidade necessaria para que nella residão os Homens de Negocio, sem sujeição ás injurias do tempo". Cf. IAN/TT, *Junta do Comércio*, Lv. 104 (1755-1757), fls. 2-3 v.

²⁴ A extensão do texto apresentado levou, por sugestão da comissão organizadora do colóquio, à sua redução que optámos fazer incidir sobre as diferentes fases de ocupação da Praça do Comércio, tema que, entretanto, tratámos no Colóquio *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro*, Lisboa, Universidade Autónoma, 23 a 25 de Novembro de 2006, cujas actas se encontram no prelo.

²⁵ Considerada como "uma das últimas peças (senão a última) da série absolutista Monumento - Praça Real". Cf. José-Augusto França, *op. cit.*, p. 205. Note-se, no entanto, que a estátua de Charles de Lorraine, que fecha a *place royale* de Bruxelas apenas seria inaugurada a 5 de Junho de 1775, sugestivamente na véspera da cerimónia celebrada da Real Praça do Comércio de Lisboa. As propostas para a criação de praças reais continuariam mesmo após o projecto idealizado para Lisboa. As cidades francesas de Nantes (1763), Estrasburgo (1765), Lyon (1766, 1769) e Besançon (1770) apresentariam planos para a edificação de praças a Luís XV. Cf. Richard Clearly, *The Place Royale and Urban Design in the Ancien Régime*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, p. 22.

²⁶ Veja-se, por exemplo, António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 356.

²⁷ Desenvolvendo o balanço entre os programas simbólico e utilitário proposto por Daniel Rabreau, *op. cit.*, p. 32.

²⁸ Veja-se, a propósito, Miguel Figueira de Faria, "La Place royale du Commerce", *L'Esprit des villes, Nancy et l'Europe urbaine au siècle des Lumières (1720-1770)*, Artlys, 2005.

²⁹ Sobre a evolução das representações monárquicas de Luís XIV a Luís XV, veja-se, por exemplo, Charlotte Chastel-Rousseau, "La figure du prince au XVIII^e siècle: monument royal et stratégies de représentation du pouvoir monarchique dans l'espace urbain", *L'Esprit des villes, Nancy et l'Europe urbaine au siècle des Lumières (1720-1770)*, Artlys, 2005, pp. 98-102 ou Richard Clearly, *op. cit.*, pp. 58-81.

³⁰ Segundo João Gerardo Rossi, então director da Academia de Portugal em Roma, a obra teria sido encomendada em 1794 e concluída em 1797. Cf. P.^a José de Castro, *Portugal em Roma*, vol. II, Lisboa, União Gráfica, 1939, p. 138.

³¹ Cf. Vasco Valente, "Correspondência Inédita de Pina Manique", *Museu*, vol. V, n.^o 13-14, Jul. 1949, doc. X, p. 253.

³² Cf. Vasco Valente, *op. cit.*, doc. VI, p. 250.

³³ Carta de 16 de Dezembro de 1795 enviada a G. Rossi. Cf. Vasco Valente, *op. cit.*, doc. VI, p. 250.

³⁴ Revelou-se ineficaz a investigação em torno desta gravura sendo provável que nunca tenha sido executada.

³⁵ Sousa Viterbo, *Notícia de alguns escultores portugueses ou que exerceram a sua arte em Portugal*, Lisboa, Typ. Lalléman, 1900, pp. 6-7.

³⁶ *Ibidem*, p. 7. Ofício do Intendente a D. Rodrigo de Sousa Coutinho datado de 6 de Setembro de 1802.

³⁷ Veja-se, por exemplo, José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1967, p. 74, ou Raquel Henriques da Silva, *Lisboa Romântica, Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874*, vol. I, Lisboa, tese de doutoramento, 1997, p. 177.

³⁸ IANTT, AHMF, *Plantas e Desenhos do Ministério do Reino*, IV/C116 (107) cx. 5272.

³⁹ *Ibidem*. O documento apresenta o seguinte título: "Rellação, que em N.ºs Arithmeticos, as confrontações que circulaõ, o Real Mosteiro do SS.mo Coração de JESUS". Abaixo segue uma lista com 20 referências numeradas identificando o novo mosteiro e os respectivos espaços circundantes.

⁴⁰ Cf. Joaquim Carneiro da Silva, "Cálculo demonstrativo da Praça do Comércio de Lisboa, e do número de pessoas que pode conter", *Mnemósine Lusitana*, n.º XVIII, 1817, pp. 280-281.

⁴¹ *Ibidem*, "8 – projecto novo do alinhamento que circula a nova Praça, a qual se deve povoar com cazas bem Regolladas".

⁴² O conjunto monumental da praça Amalienborg em Copenhaga incluía igualmente a igreja real (Marmorkirken), pela qual aliás se iniciou a construção em 1749, cujo projecto inicial previa uma fachada de seis colunas coríntias e frontão, enquadrado por duas torres, e uma imensa cúpula num projecto com evidentes semelhanças com a Igreja da Estrela. A Marmorkirken, para a qual se encontra orientada a estátua equestre de Frederico V, integrava-se, por outro lado, numa majestosa praça em colunata que se articulava com a praça real. Esta segunda praça não seria construída e o próprio projecto da fachada da igreja seria alterado notando-se a ausência das referidas torres laterais. Embora não executada merece referência este processo de intenções que nos remete para a experiência descrita relativamente ao projecto da Praça Real da Estrela.

⁴³ Invertendo aqui a ideia de "contraprogramação" desenvolvida por H. Ziegler, *op. cit.*, pp. 82-95.

⁴⁴ Inspector da Academia Portuguesa de Roma.

⁴⁵ Cf. Vasco Valente, *op. cit.*, doc. XIV, p. 256.

⁴⁶ Ideia que se reforça no contexto da rivalidade documentada entre Pina Manique e D. Rodrigo. Veja-se sobre o assunto Diogo Ramada Curto, "D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego", *A Casa Literária do Arco do Cego*, Lisboa, Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, pp. 31-32.

⁴⁷ Cf. Henrique de Campos Ferreira Lima, "Projecto de um monumento ao Príncipe Regente depois Rei D. João VI, da autoria de Machado de Castro", *Museu*, vol. III, n.º 7, pp.153-155.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 154.

⁴⁹ Expressão que podemos traduzir livremente da seguinte forma: "não só é glorioso quem tem uma estátua na praça pública, mas também quem a mandou pôr". Agradecemos o apoio ao Professor Doutor Justino Mendes de Almeida o auxílio prestado na interpretação da inscrição em análise.

⁵⁰ Cf. Joaquim Machado de Castro, *Descrição Analytica da Execução da Real Estatua Equestre...*, Lisboa, Na Impressam Regia, 1810, pp. 327-328: "Em Portugal, pelo Público, não temos ainda mais que a Estatua Equestre em bronze erigida ao Senhor Rei D. José I." Note-se que, embora Castro afirme ter concluído a redacção da *Descrição Analytica...* em 1793, logo antes da encomenda em Roma do monumento a D. Maria I, a data do pé de imprensa é de 1810, o que significa que poderia ter atualizado o original com esta informação, atitude que aliás repetiu relativamente a outros assuntos ao longo da obra, como, por exemplo, o desaparecimento das estátuas reais em França na sequência da revolução (*op. cit.*, p. III, nota 4), ou os saques de esculturas efectuados em Roma (*ibidem*, p. 30, nota [*]). No pequeno meio artístico de Lisboa é estranha a omissão, onde podemos equacionar uma intenção à luz da conhecida incompatibilidade gerada entre os dois escultores ou, então o verdadeiro desconhecimento de Castro relativamente ao monumento armazenado o que nos confere outro triste retrato da situação vivida pela obra e respectivo autor.

⁵¹ Machado de Castro recebeu a encomenda antes de Agosto de 1811, data que surge manuscrita nos originais do projecto. Veja-se, sobre o assunto, Miguel Figueira de Faria, "Joaquim Machado de Castro e os Monumentos Reais para o Rio de Janeiro", *Actas do VII Colóquio luso-brasileiro de História de Arte*, Porto, FLUP, 2005 (no prelo).

⁵² IAN/TT, MNE, Legação em Londres (Despachos da Corte), lv. n.º 514, doc.118 (1810). O ofício seria expedido do Rio de Janeiro pelo conde de Linhares, com data de 4 de Junho de 1810, sobrepondo-se no tempo ao referido aviso enviado a Machado de Castro, o que perfila melhor o âmbito da consulta envolvendo várias escolas e destinos geográficos.

⁵³ Conservada no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Note-se que a remodelação da praça que incluiu a inauguração do novo chafariz de Mestre Valentim é anterior à chegada da corte.

⁵⁴ Pensámos inicialmente que se tratasse do Campo de Santana. A revelação de que o obelisco mais tarde concebido por Costa Silva, em 1814, ter como destino o largo do Rossio, obrigou-nos a rever essa ideia. Cf. Luís Gonçalves dos Santos, *Memorias para servir a Historia do Reino do Brasil, divididas em tres epochas da Felicidade Honra e Gloria; escriptas na Corte do Rio de Janeiro no ano de 1821...*, Lisboa, Na Impressão Regia, Anno de 1825, t. I, p. LXV, nota 37: "Por detraz das obras da Sé nova, e com frente para a praça do Rocio se construiu o Real Theatro, cujo interior he muito bello, e ricamente ornado. No meio desta praça se levantou o Pellourinho, que será substituido pela Pyramide, que a Cidade pertende erguer em memoria da feliz vinda de Sua Magestade para o Brazil, e entrada nesta Côrte: motivos, que me são ignotos, tem retardado, até agora, a erecção deste Monumento da Felicidade, Honra, e Gloria do Reino do Brazil." Restaria como hipótese de trabalho pouco consistente que se projectassem em simultâneo dois monumentos para locais diferentes no Rio de Janeiro.

⁵⁵ ANRJ, Manuscritos, Coleção Costa e Silva, carta enviada do Rio de Janeiro por José da Costa e Silva para João Lourenço de Andrade em Lisboa, datada de 8 de Agosto de 1814.

⁵⁶ Richard Clearly, *op. cit.*, pp. 245-246.

⁵⁷ Cf. *A Inauguração da Estátua Equestre de El-Rei D. José I*, Lisboa, Editorial Labor, 1938, p. 9.



colecção **Cidade de Lisboa**

O presente volume reúne um conjunto diversificado de contribuições originais que procuram reflectir sobre os múltiplos significados e impactos históricos do Terramoto de 1755. Esta é uma edição revista e criteriosa de 39 textos inicialmente apresentados no colóquio, com o mesmo título, realizado em Lisboa em Novembro de 2005.

Para além da reconfiguração urbanística e arquitectónica promovida pelo Terramoto, muitas outras foram as novidades, repercussões e réplicas desencadeadas por tão forte abalo. As descrições factuais e literárias do acontecimento, assim como as suas interpretações filosóficas, religiosas e científicas, revelam o alcance único de um fenómeno natural que obrigou o homem a pensar a sua condição de existir e a sua capacidade para conhecer o mundo em que vive. Por seu turno, os efeitos económicos e as consequências nos planos institucional e político foram importantes para se compreender o sentido da governação sob a liderança do Marquês de Pombal, não apenas no que se refere à dinâmica imediata imposta pela gestão da catástrofe, mas também em aspectos que se revelariam cruciais para a evolução a prazo longo da sociedade portuguesa.

A diversidade de autores, de áreas disciplinares e de perspectivas de abordagem aqui reunidas, faz deste livro uma obra de referência fundamental para a actualização e a avaliação crítica da historiografia portuguesa e internacional relativa ao Terramoto de 1755.



FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA

